

Comissão autoriza rolagem de dívidas estaduais

A soma dos débitos é de R\$ 47 bilhões, mas ainda depende de aprovação do Senado e das Assembleias

LU AIKO OTTA

BRASÍLIA — Em pouco mais de uma hora, a Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) do Senado autorizou ontem as operações de rolagem das dívidas de nove Estados: São Paulo, Maranhão, Minas, Mato Grosso do Sul, Pará, Pernambuco, Piauí, Rio Grande do Sul e Sergipe. Os valores ainda estão sendo analisados pelo Ministério da Fazenda, mas a soma delas está estimada em R\$ 47 bilhões.

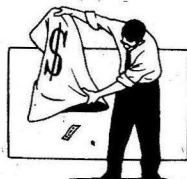
Para que os contratos definitivos da rolagem das dívidas sejam assinados, porém, ainda faltam alguns estágios. As autorizações

aprovadas ontem ainda precisam passar pelo plenário do Senado, o que deve acontecer amanhã. É necessário também que cada Estado obtenha uma autorização da Assembleia Legislativa.

Respaldo legal — Finalmente, as operações precisam estar respaldadas por uma lei, que deverá ser editada nos próximos dias na forma de medida provisória (MP). Na MP vão constar todas as condições para os Estados refinanciarem as dívidas.

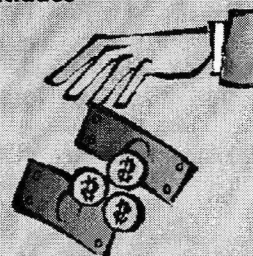
A CAE aprovou, ainda, a emissão de títulos dos tesouros de Espírito Santo, Goiás e Rio para resgatar papéis que vencem na virada do ano. Esses Estados ainda não concluíram as negociações para o refinanciamento das dívidas.

Jundiaí (SP) obteve autorização para assumir um financiamento de R\$ 7,6 milhões da Caixa Eco-



ACERTO DE CONTAS	
Os valores que serão refinanciados	
Estado	Total (em milhões de R\$)
São Paulo	29,307
Maranhão	75
Minas Gerais	9,235
Mato Grosso do Sul	375
Pará	224
Pernambuco	862
Piauí	139
Rio Grande do Sul	6,651
Sergipe	301
Total geral	
47,169	

Fonte: Secretaria do Tesouro Nacional



nômica Federal (CEF) para obras de saneamento e Campinas (SP) foi autorizada a financiar R\$ 20 milhões no Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), para obras de combate às enchentes.

Os senadores Vilson Kleinubing (PFL-SC), Jefferson Peres (PSDB-

AM), Lauro Campos (PT-DF) e José Eduardo Dutra (PT-SE) votaram contra os pedidos de Goiás, Espírito Santo e Rio. "As rolagens de dívida são inconstitucionais, pois o Senado está autorizando refinarciar 100% e os Estados deveriam estar pagando pelo menos os juros", protestou Kleinubing.

Kleinubing quis impedir a aprovação das autorizações para o refinanciamento das dívidas dos demais Estados, no âmbito do Programa de Apoio à Reestruturação e ao Ajuste Fiscal dos Estados. Ele queria exigir, dos Estados, a apresentação de uma prestação de contas da utilização do dinheiro obtido com o lançamento de papéis para o pagamento de precatórios, mas não conseguiu apoio.